

Educação do Campo e Educação Popular: diálogos e pesquisas

Rainei Rodrigues Jadejiski¹, Josiléia Curty de Oliveira², Erineu Foerste³

Esta edição especial da Revista de Educação Popular foi proposta pelo Grupo de Pesquisa (CNPq) Culturas, Parcerias e Educação do Campo e pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo, da Cidade e Educação Social (Nepeces) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

O grupo aprofunda questões teóricas e práticas sobre parceria na formação inicial e continuada de professores do campo e discute problemáticas relacionadas a povos, comunidades e territórios tradicionais, saberes da terra, movimentos sociais e sustentabilidade. A interculturalidade constitui-se como uma dimensão articuladora de lutas coletivas dos trabalhadores do campo e das cidades por direitos sociais, tomando por base práticas de diálogo libertador, para resistência ao projeto hegemônico de desenvolvimento e progresso do capital internacional. O núcleo “tem por finalidade ampliar, aprofundar, estudar, pesquisar, problematizar e produzir visibilidade das culturas na sua articulação com a Educação do Campo e da Cidade, para fortalecimento da educação, da saúde, das culturas e da diversidade” (Ufes, 2021, p. 1).

Os projetos realizados, ou em andamento, destacam algumas conquistas significativas com o trabalho em parceria entre a universidade, as secretarias de educação e os movimentos sociais (Povos e Comunidades Tradicionais, Movimento de Pequenos Agricultores, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Escolas Família Agrícola, entre outros). A oferta de cursos de aperfeiçoamento e especialização em Educação do Campo pelo Programa Escola da Terra, a criação da Licenciatura em Educação do Campo e da Licenciatura Intercultural Indígena são considerados avanços importantes das lutas por uma educação popular-libertadora. São políticas públicas de Educação do Campo e Educação Popular, articuladas no

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil; coordenador pedagógico na Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo, Brasil; participante do Grupo de Pesquisa Culturas, Parcerias e Educação do Campo (UFES/CNPq). E-mail: raineirj@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil; secretária executiva na Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil; participante do Grupo de Pesquisa Culturas, Parcerias e Educação do Campo (UFES/CNPq). Email: josileiacoliveira@gmail.com.

³ Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil; estágio pós-doutoral pela Erziehungswissenschaftliche Fakultät da Universität-Siegen, Alemanha; professor titular da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil; fundador e líder do Grupo de Pesquisa Culturas, Parcerias e Educação do Campo (UFES/CNPq); fundador e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação do Campo, da Cidade e Educação Social (NEPECES/UFES); coordenador do Programa de Educação do Campo (UFES). E-mail: erineu.foerste@ufes.br.

país como um todo, a partir da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC).

A pesquisa, extensão e ensino no grupo de estudos e no núcleo tematizam Educação do Campo como práxis interculturais (Fornet-Betancourt, 1991; Brandão; Foerste; Schütz-Foerste, 2019; Foerste, 2020). O diálogo libertador entre coletivos diversos em seus territórios e territorialidades fomenta processos de negociação na diferença para construção de projeto popular de educação libertadora, como alternativa agroecológica e sustentável. Assim, a hegemonia capitalista opressora e predatória é problematizada de forma radical e transformada em outra hegemonia, fundada no diálogo e no *bien vivir*.

Nessa direção, enfatizamos as contribuições do conjunto de artigos deste dossiê, que aprofunda o diálogo entre Educação do Campo e Educação Popular a partir de discussões que emergem de processos de investigação em diversas instituições de ensino superior em parceria com setores da sociedade civil organizada (Povos e Comunidades Tradicionais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Movimento de Pequenos Agricultores, Escolas Família Agrícola entre outros). As práxis apresentadas remetem o leitor a contextos sociais em que a educação dialoga com culturas de coletivos camponeses em suas lutas por escola, onde este direito social lhes é historicamente negado.

Os artigos, provenientes de pesquisas de campo, práticas pedagógicas, estudos de revisão e ensaios teóricos, trazem a educação constituída em contextos em que os sujeitos se produzem no trabalho tipicamente camponês em interface com um projeto alternativo e diferenciado de escola, como centro do debate teórico-conceitual e/ou analítico.

As décadas de 1950 e 1960, no Brasil, marcaram o surgimento e a consolidação de diversos movimentos sociais. Destacam-se o Movimento de Cultura Popular (MCP), com a participação de Paulo Freire, o Movimento de Educação de Base (MEB) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e os Centros Populares de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). Esses movimentos foram essenciais na formação política de lideranças do campo e na luta por direitos como terra, saúde, moradia e, especialmente, educação.

Segundo Brandão (2020),

Depois das sempre ineficientes “campanhas” de extensão da alfabetização e de uma precária “educação de adultos” dirigida a pessoas e comunidades do mundo rural, o Brasil teve que esperar o século XX e os “anos sessenta” para ver chegar ao campo uma outra educação. Quando a Unesco lançava ao mundo a proposta de uma *educação permanente*, no Brasil e depois em toda América Latina, foi a ela contraposta uma outra vocação pedagógica a que nos acostumamos chamar de: *educação popular* (Brandão, 2020, p. 3, grifos do autor).

A Educação Popular, influenciada pelo pensamento de Paulo Freire, surge como uma abordagem educacional que busca empoderar as comunidades marginalizadas, promovendo a conscientização política e social por meio da educação. Com ênfase na participação ativa e na construção coletiva do conhecimento, ela se tornou importante na formação de indivíduos e comunidades ao desafiar estruturas de poder opressivas e buscar mudanças significativas em suas realidades.

Na luta por transformação social e justiça no Brasil, esses movimentos têm suas raízes historicamente enraizadas em um contexto de desigualdade socioeconômica e exclusão política, especialmente nas áreas rurais do país. Brandão (2020, p. 2, grifos do autor) acrescenta que “do lado de cá’ do Mundo, começamos a aprender, a pensar e a praticar a *educação* como *cultura*; a *cultura* como *sociedade*; a *sociedade* como *política*, a *política* como *insurgência*, e a *insurgência* como *emancipação*, ou como *libertação*”.

A Educação Popular e a Educação do Campo se interseccionam na luta por uma educação contextualizada com a realidade do campo, por meio da integração entre os saberes e práticas locais da população do campo aos currículos. A Educação do Campo, por sua vez, mostra-se promotora da agroecologia e de práticas sustentáveis, fortalecendo as identidades culturais e a emancipação dos sujeitos camponeses. Em Caldart (2012, p. 259, grifos da autora), vamos encontrar que “a Educação do Campo nomeia um *fenômeno da realidade brasileira atual*, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas”.

A Educação Popular, em especial, influenciada pelo pensamento de Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão, move-nos a desafiar estruturas de poder opressivas e buscar a transformação dos modos de pensar e praticar educação. Isso implica vigilância e organização de base. É preciso manter a mobilização popular para conquistar novos direitos educacionais, diretamente identificados e articulados aos Povos e Comunidades Tradicionais, como por exemplo a educação indígena, a educação quilombola, a educação pomerana, a educação do campo *etc.* Mas, há que, num ato político coletivo permanentemente atento, manter conquistas

historicamente produzidas nas lutas populares por políticas públicas educacionais da educação infantil à pós-graduação, como direito dos cidadãos e dever do Estado. Trata-se de práxis de formação humana popular-libertadora, deliberada e politicamente antiburguesa.

A Educação Popular tem suas raízes em movimentos de base e lutas por justiça social ao redor do mundo. No Brasil, ela tem conexões com a história de resistência e luta por direitos. Brandão (1984, p. 72) reflete que “a educação popular não é uma atividade pedagógica para, mas um trabalho coletivo em si mesmo, ou seja, é o momento em que a vivência do saber compartilhado cria a experiência do poder compartilhado”.

Ao problematizar a Educação Popular, Brandão (1984, p. 72) enfatiza que:

Ela procura ser, portanto, não a afirmação da possibilidade de emergência de uma nova educação “para o povo” — o que importaria a reprodução legitimada de “duas educações” paralelas, condição da desigualdade consagrada — mas a da necessidade da utopia de transformação de todo o projeto educativo a partir do ponto de vista e do trabalho de classe das classes populares.

Brandão (1984) ressalta que a Educação Popular pode ser pensada como um processo coletivo e organizado pelo povo, de forma que a figura do educador não seja vista como um detentor absoluto do saber, mas como aquele que contribui para um projeto mais amplo de emancipação e conscientização das classes populares. O autor nos leva a refletir que a Educação Popular não se faz por meio de atos isolados; ela é parte de um movimento que busca valorizar o conhecimento e as experiências das comunidades, promovendo um diálogo entre diferentes saberes. Por isso, se relaciona à Educação do Campo.

Ao longo das décadas, os movimentos de Educação Popular e Educação do Campo têm se fortalecido e se consolidado no Brasil, com a criação de organizações, movimentos sociais e políticas públicas voltadas para promover essas abordagens educacionais. Esses movimentos têm desempenhado um papel de resistência na luta por direitos humanos, justiça social, acesso à terra, soberania alimentar e desenvolvimento sustentável nas áreas rurais e urbanas do país.

Dessa maneira, a Educação Popular perpassa por um trabalho político no âmbito da educação, constituindo-se a partir de luta e resistência, promovendo a conscientização crítica sobre as realidades sociais. Portanto, Brandão (1984) nos convida a repensar a educação como um espaço de construção coletiva.

Logo, discutir a Educação do Campo como forma de resistência e transformação dos sujeitos é uma proposta contra-hegemônica, que supera as forças destrutivas provocadas pelos valores capitalistas do lucro pela exploração do homem e da natureza, do meio ambiente como

mercadoria e da destruição das formas autônomas de produção camponesas, que os ameaçam como ser social e biológico.

Este dossiê tem como objetivo partilhar produção acadêmica acumulada mais recentemente nas possíveis articulações entre Educação Popular e Educação do Campo, por um lado; por outro, faz um chamamento a todos os leitores a refletir acerca das conquistas realizadas e desafios, para continuidade das pesquisas a partir de novas e outras nem tão novas questões da educação no Brasil e na América Latina. Nesse sentido, espera-se que o conjunto de artigos, nas diferentes seções aqui publicadas, sirva como um espaço de inspiração e fomento a novas ideias e práticas. Que os diálogos ora apresentados possam ecoar e reverberar em nossas práticas educativas, contribuindo para a construção de um futuro mais justo e inclusivo.

Os proponentes
Outubro de 2024

Referências

- BRANDÃO, C. R. **Educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BRANDÃO, C. R. Prefácio. *In*: BRANDÃO, C. R.; FOERSTE, E.; SCHÜTZ-FOERSTE, G. M. (org.). **Educação do campo**: diálogos interculturais. Curitiba: Appris, 2020.
- CALDART, R. S. Educação do Campo. *In*: CALDART, R. S. *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 257-265.
- FOERSTE, E. (org.). **Culturas, parcerias e educação do campo**. Curitiba: Appris, 2020.
- FORNET-BENTANCOURT, R. **Transformación intercultural de la filosofía**. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 1991.
- UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. **Resolução nº 14/2021**. Regulamenta o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo, da Cidade e Educação Social – Nepeces. Disponível em:
https://daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/field/anexo/resolucao_no_14.2021_-_criacao_nucleo_nepeces.pdf. Acesso em: 9 out. 2024.